

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS-MA



Diário Oficial

PODER EXECUTIVO



AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos no Processo Administrativo nº 010702/2022, **RATIFICO** e **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação nº 013/2022 reconhecida pela Procuradoria Geral do Município, para contratar a Empresa **CLEISON JOSE MIRANDA DA SILVA**, CNPJ: 29.041.591/0001-27, objetivando a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recarga de toner para atender as demandas da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Gestão. Esse Termo se fundamenta no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93. O valor global do contrato é de R\$ 15.250,00 (quinze mil, duzentos e cinquenta reais), que será pago com recursos do Programa de Trabalho: **UNIDADE ORÇAMENTARIA: 02.03.00 – sec. mun de adm., fazenda, planejamento e gestão. PROJETO DE ATIVIDADE: 04.122.0002.2007.0000 – manut. da sec. adm. fazenda, planejamento e gestão. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.** Sendo assim, autorizo a realização da **DESPESA** e determinando o respectivo **EMPENHO**. Nesta oportunidade, determino a publicação deste ato. São José dos Basílios/MA, 16 de agosto de 2022. Saulo Rodrigues de Assis. Secretária de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010702/2022. PARTES: Prefeitura Municipal de São José dos Basílios/MA, através da Secretária Municipal de Administração e a Empresa **CLEISON JOSE MIRANDA DA SILVA**, CNPJ: 29.041.591/0001-27. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recarga de toner para atender as demandas da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Gestão. **VIGENCIA:** até 31 de dezembro de 2022, **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 15.250,00 (quinze mil, duzentos e cinquenta reais). Dispensa de Licitação nº 013/2022, com **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 24, II da Lei 8.666/93, **RECURSOS:** Próprios. São José dos Basílios/MA, 16 de agosto de 2022. Saulo Rodrigues de Assis. Secretário de Administração

JULGAMENTO DE RECURSO

Pregão Eletrônico SRP nº 015/2022

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos permanentes e carteiras escolar para atender as demandas da secretaria municipal de Educação de São José dos Basílios/MA.

Tipo de Licitação: Menor preço
Processo Administrativo nº 2804022/2022
Sistema www.bll.org.br

1 – DAS PRELIMINARES

Trata-se de recurso administrativo, que aberto o prazo de manifestação de intenção de recurso, a empresa **WHITE BOARD IMPORT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, vencedora dos itens 8 e 9 do certame manifestou intenção recursal, conforme segue irrisignação: “interpomos recurso, pois claramente a nossa desclassificação é de forma equivocada... percebemos que o SR Pregoeiro não quis ver a documentação apresentada e que esta de acordo com o edital.”, relativo a inabilitação de empresa acima mencionada por não apresentar a certidão da que trata a alínea e) do item 12.4.1 –, a qual foi aceita, sendo assegurado aos licitantes interessados o direito indispensável à defesa dos seus interesses em cumprimento às disposições legais que regulamentam a matéria, conforme inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/02 e art. 44 do Decreto nº 10.024/2019.

2 - DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO

Foi registrada no Sistema www.bll.org.br a seguinte intenção de **MANIFESTAÇÃO RECURSO:**

“interpomos recurso, pois claramente a nossa desclassificação é de forma equivocada... percebemos que o SR Pregoeiro não

quis ver a documentação apresentada e que esta de acordo com o edital.”

A priori é necessário constar que a empresa WHITE BOARD IMPORT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema www.bll.org.br DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO (conforme data e horário registrado no sistema).

Para tanto, deve se o observar o disposto no item 14 do edital, in verbis:

14.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito de interpor recurso, ficando a Pregoeira autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.1.2 A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias.

14.1.3 As demais Licitantes ficam desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis para a defesa dos seus interesses.

14.1.4 A Pregoeira verificará os pressupostos de admissibilidade da intenção de recurso.

O prazo também encontra exposto no Decreto Federal nº 10.024/19, no seu art. 44, §§ 2º e 3º:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão SER APRESENTADAS NO PRAZO DE TRÊS DIAS.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

3 - DA ADMISSIBILIDADE

O critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o artigo 44 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, dentro do prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

Conforme registrado na plataforma de Realização do Pregão Eletrônico, após a declaração do vencedor da licitação, a Recorrente manifestou imediata e motivadamente a intenção de recorrer contra a decisão do Pregoeiro.

4 - DO PEDIDO DAS RAZÕES RECURSAIS

1. Essa respeitável Comissão de Licitação que, reconsiderando a decisão que julgou como inabilitada esta empresa em questão, reconheça sua proposta como manifestamente legal;

2. Subsidiariamente, não sendo reconsiderada a decisão, se digne a Comissão em fazer a remessa do presente recurso à autoridade que lhe

for imediatamente superior, afim de que a mesma o aprecie, conhecendo-o e dando-lhe provimento, reformando-se a decisão que declarou inabilitada..

5- DAS CONTRARRAZÕES

A licitante IMPERIO EMPREENDIMENTOS EIRELI, NÃO apresentou contrarrazões aos recursos interpostos para os itens 8 e 9.

6 - DA ANÁLISE DO RECURSO.

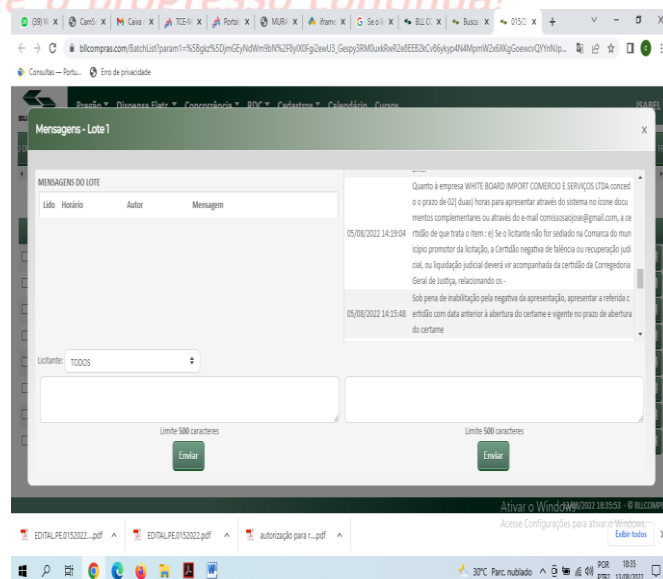
A abertura do certame ocorreu no dia 04/08/2022 às 14h00mn. Terminada a fase de lances, foi analisado a documentação de habilitação, apresentados pela empresa WHITE BOARD IMPORT

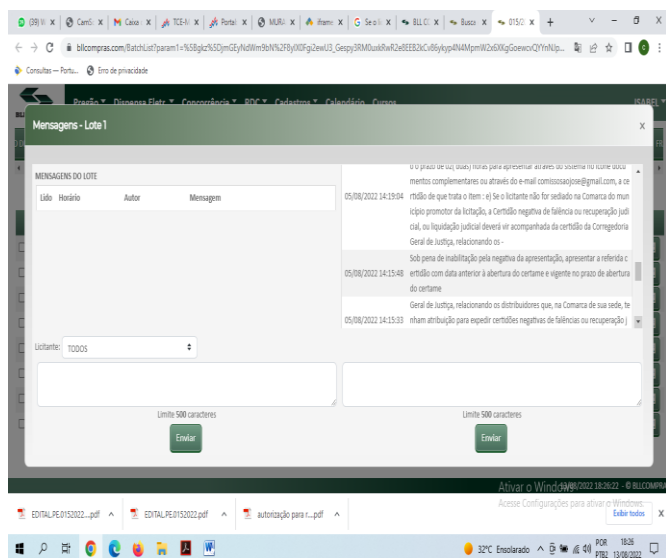
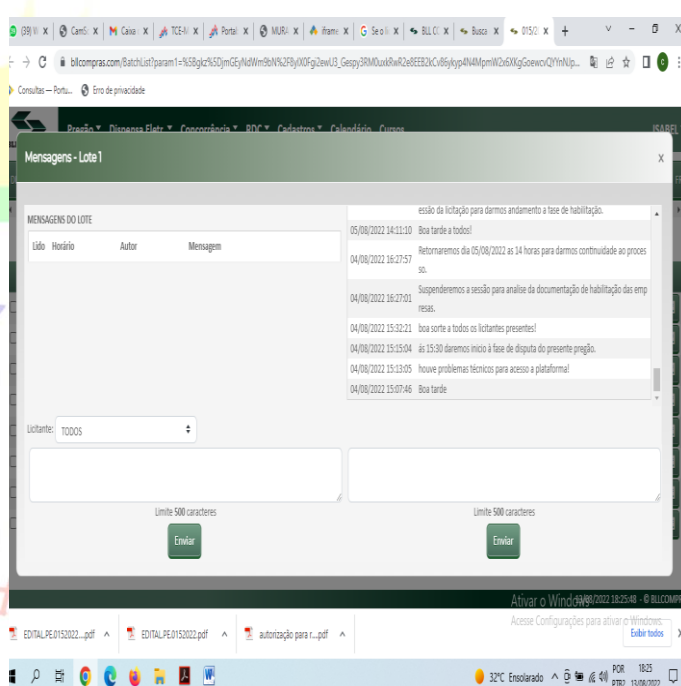
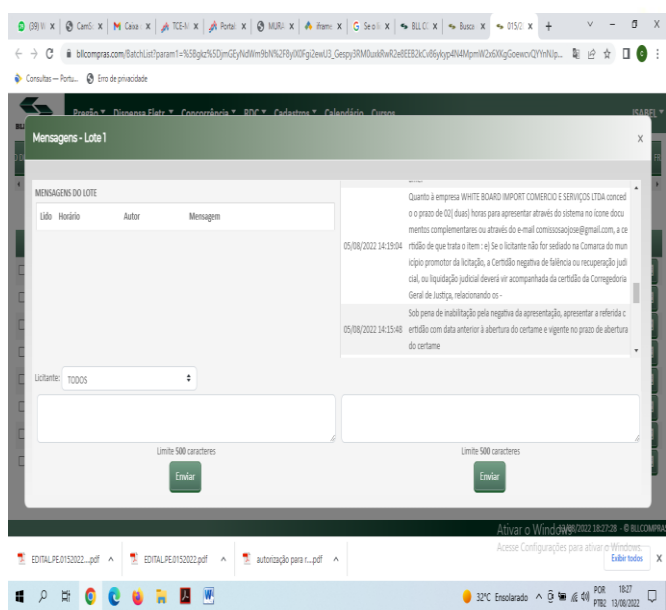
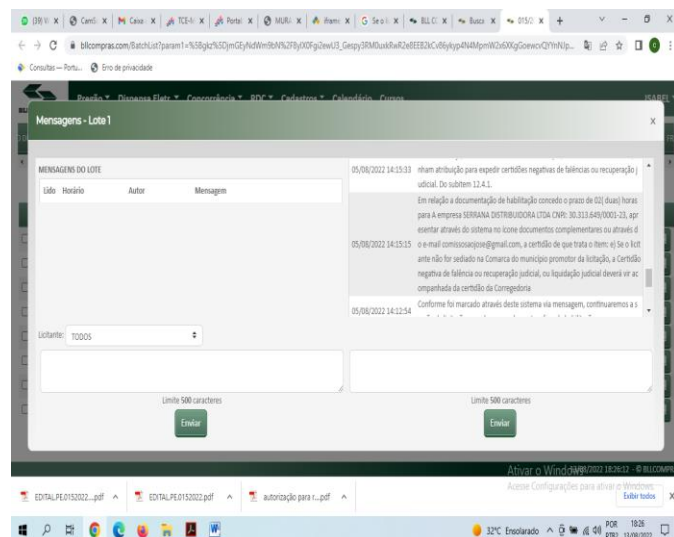
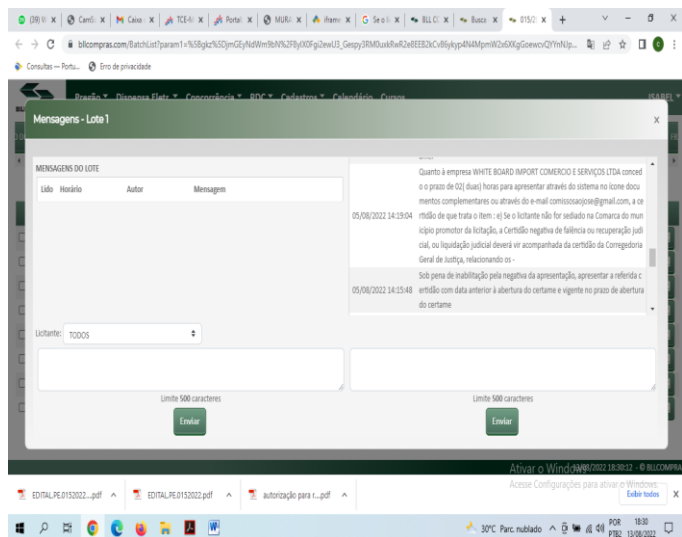
COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, classificada em primeiro nos lotes 8 e 9 do certame. No entanto, após a análise da documentação de habilitação constatou-se a ausência da certidão da alínea e) do item 12.4.1 – “Se o licitante não for sediado na Comarca do município promotor da licitação, a Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial deverá vir acompanhada da certidão da Corregedoria Geral de Justiça, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências ou recuperação judicial.

Em cumprimento ao item 3.9 alínea a) do edital,

“a) A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível aos licitantes, e lhes atribuir validade e eficácia para fins de habilitação e classificação”.

A pregoeira solicitou via chat às empresas que deixou de apresentar documentos referentes à habilitação no intuito de sanar quais quer erro que possa ter acontecido no momento de anexar as documentações na plataforma, dando a oportunidade a todas as licitantes para anexar documentos faltantes na plataforma no ícone documentos complementares, conforme segue:

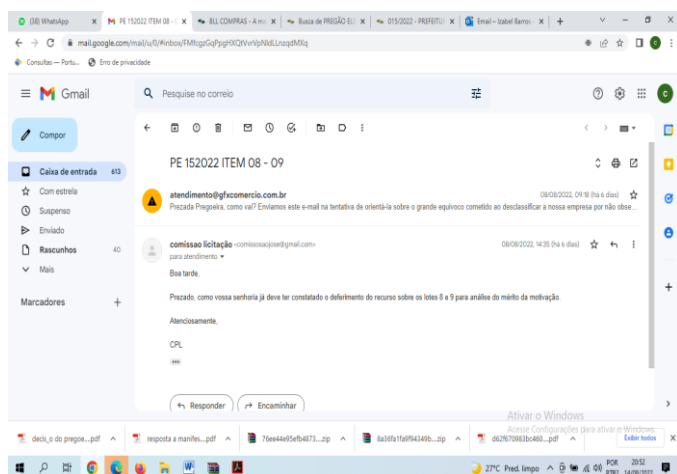




No dia 05/08/2022 15:00 empresa WHITE BOARD IMPORT COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, anexou na plataforma alguns documentos tais quais constava: CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias, certidão específica da jucema, certidão simplificada da jucema e Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial) expedida pela Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís, deixando de apresentar a certidão a qual é solicitada na alínea e) do item 12.4.1 – “Se o licitante não for sediado na Comarca do município promotor da licitação, a Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial deverá vir acompanhada da certidão da Corregedoria Geral de Justiça, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede,

tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências ou recuperação judicial”. Em seguida às 05/08/2022 16:08 a referida empresa anexou na plataforma www.bll.org.br no ícone documentos complementares documentos conforme segue: CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias, certidão específica da jucema, certidão simplificada da jucema, Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial) expedida pela Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís e alteração do contrato social.

No dia 08/08/2022 a referida empresa envia e-mail para o endereço oficial da CPL do Município, orientando a pregoeira sobre o grande equívoco cometido ao desclassificá-la, conforme prints abaixo



A RECORRENTE insiste na tentativa de argumentar que apresentou a referida certidão acima mencionada, alega também em sua peça recursal que apresentou a certidão de falência no sistema.

De fato a recorrente apresentou a certidão de falência, mas não apresentou a certidão da corregedoria do estado de que acompanha a certidões negativas de falências ou recuperação judicial nos casos em que a licitante não é sediada na sede da comarca do município licitante.

O certame foi conduzido de maneira imparcial e isonômica pela Pregoeira, onde a mesma tem o dever de agir, visando o interesse público e a proposta mais vantajosa, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que regem o universo licitatório, dentre eles a vinculação do instrumento convocatório.

Quanto à interpretação da empresa recorrente no sentido de que a documentação anexada ao sistema não foi analisada por não observar os documentos anexados, equivoca-se, uma vez que após a análise da documentação de habilitação e na data marcada via chat na plataforma para divulgar o resultado da documentação de habilitação, foi solicitados os documentos faltantes das empresas vencedoras dos itens do certame com o propósito de sanar possíveis erros no momento de anexar os referidos documentos,

Além disso, o saneamento não pode afetar a substância dos documentos e sua validade jurídica, como reza o item 3.9 alínea a) do ato convocatório:

“a) A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos

documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação”.

O presente caso é bem diferente, estamos tratando de um documento que deveria ser entregue com os demais documentos de habilitação, exigido por um dispositivo do edital.

A recorrente inseriu a CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias, quando deveria inserir a certidão de que trata a alínea e) do item 12.4.1 – “Se o licitante não for sediado na Comarca do município promotor da licitação, a Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial deverá vir acompanhada da certidão da Corregedoria Geral de Justiça, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências ou recuperação judicial

Em havendo algum erro, intencional ou não, faz-se necessária a inabilitação do licitante, pois, sua conduta afronta os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 3º da Lei 8.666/934, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

A falta de documento exigido do edital desatende ao instrumento convocatório, além disso manter a licitante que não cumpriu o edital seria ofensa aos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da isonomia entre os licitantes – este último, princípio de hierarquia constitucional.

7 - DECISÃO

Em face do acima exposto, movida pelos princípios da legalidade, da moralidade, conhece do presente recurso para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, com a decisão abaixo:

a) Permanece a decisão proferida em certame, mantendo a RECORRIDA declarada HABILITADA;

Em atenção ao art. 17, VII, Decreto 10.024/19 encaminham-se os autos à autoridade competente para análise e decisão definitiva dos Recursos Administrativos em pauta.

São José dos Basílios/MA, 17 de agosto de 2022

Isabel Aquino Rêgo Barros
Pregoeira